

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

**1º trimestre
2017**

Sumário

Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações do Fluxo de Caixa	8
1. Contexto operacional	9
2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias	10
a) Base de apresentação.....	10
b) Reclassificações e aberturas para fins de comparabilidade.....	10
3. Principais práticas contábeis	12
4. Caixa e equivalentes de caixa	12
5. Títulos e valores mobiliários	13
5.1. Títulos públicos federais	13
5.2. Fundos de investimento	14
6. Operações de Crédito	14
6.1. Créditos Imobiliários	14
a) Composição da carteira de crédito imobiliário	14
b) Distribuição por tipo de financiamento	16
c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16
d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	17
6.2. Créditos Comerciais	17
7. Créditos Vinculados	17
7.1. Créditos Vinculados - Circulante	18
7.2. Créditos Vinculados - Não Circulante	19
8. Impostos e contribuições a recuperar	20
8.1. Impostos a compensar ou recuperar	20
8.2. Impostos pagos antecipadamente	20
9. Ativos não circulantes mantidos para venda	20
10. Créditos Vinculados - SFH	21
11. Créditos Adquiridos	22
12. Imobilizado	23
13. Passivos financeiros - Financiamentos	23
14. Obrigações com pessoal	24
15. Obrigações com fornecedores	25
16. Obrigações tributárias	25
17. Juros sobre capital próprio/Dividendos	25
18. Obrigações por repasses	26
19. Obrigações com mutuários	26
20. Provisão para riscos cíveis	26
a) Contingências cíveis - Risco provável	26
b) Contingências - Risco possível.....	27
21. Obrigações com ativos mantidos para venda	27

22.	Patrimônio Líquido	28
23.	Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados ..	29
a)	Receitas com juros e similares	29
b)	Despesas com juros e similares	29
c)	Resultado com ativos financeiros	30
d)	Receitas (despesas) na recuperação de créditos adquiridos.....	30
e)	Outras receitas (despesas).....	31
f)	Ganhos (perdas) com outros recebíveis	31
g)	Resultado com tributos a recuperar	31
h)	Resultado líquido com ativos mantidos para venda	32
i)	Despesas administrativas.....	32
j)	Resultado financeiro.....	33
24.	Partes relacionadas	34
a)	Controlador	34
b)	Operações com administradores	34
c)	Transações com partes relacionadas	34
d)	Reembolso de empregados cedidos	35
25.	Gerenciamento dos Riscos	35

Balanços Patrimoniais

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.3.2017	31.12.2016
Circulante		872.236	920.109
Caixa e equivalentes de caixa		15.276	51.033
Disponibilidades	4	15.276	51.033
Títulos e valores mobiliários		220.029	192.488
Títulos públicos federais	5.1	155.616	130.166
Fundo de investimento	5.2	64.413	62.322
Operações de crédito		459.760	502.180
Créditos Imobiliários	6.1	304.039	350.116
Créditos Comerciais	6.2	155.721	152.064
Outros créditos		63.374	77.097
Créditos Vinculados	7.1	63.374	77.097
Tributos a recuperar		32.200	17.737
Impostos a compensar ou recuperar	8.1	18.192	17.737
Impostos pagos antecipadamente	8.2	14.008	-
Ativos não circulante mantidos para venda		81.597	79.574
Ativos não circulante mantidos para venda	9	81.597	79.574
Não Circulante		13.691.846	13.499.049
Realizável a Longo Prazo		13.689.580	13.496.735
Operações de crédito		1.608.673	1.631.126
Créditos Imobiliários	6.1	1.167.709	1.185.402
Créditos Comerciais	6.2	440.964	445.724
Outros créditos		11.761.698	11.556.788
Créditos Vinculados - SFH	10	11.664.731	11.385.016
Créditos Adquiridos	11	-	78.183
Créditos Vinculados	7.2	96.967	93.589
Ativos não circulante mantidos para venda		319.209	308.821
Ativos não circulante mantidos para venda	9	319.209	308.821
Imobilizado		2.266	2.314
Imobilizado de uso	12	2.266	2.314
Total do Ativo		14.564.082	14.419.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.3.2017	31.12.2016
Circulante		791.278	968.177
Passivos financeiros		162.228	343.609
Financiamentos	13	162.228	343.609
Outras obrigações		629.050	624.568
Obrigações com pessoal	14	6.806	6.700
Obrigações com fornecedores	15	23.717	24.380
Obrigações tributárias	16	112.147	112.942
Juros sobre Capital Próprio	17	134.231	130.339
Dividendos	17	50.907	49.431
Obrigações por repasses	18	32.723	32.797
Obrigações com mutuários	19	240.826	245.565
Provisão para riscos cíveis	20	2.046	2.027
Obrigações com imóveis não de uso	21	25.647	20.387
Não Circulante		3.689.081	3.488.296
Passivos financeiros		3.688.804	3.488.019
Financiamentos	13	3.688.804	3.488.019
Outras obrigações		277	277
Obrigações com pessoal	14	277	277
Patrimônio Líquido		10.083.723	9.962.685
Capital Social	22	9.057.993	9.057.993
Reservas de lucros		904.692	904.692
Reserva legal		59.324	59.324
Reserva de retenção de lucros		845.368	845.368
Resultado do período		121.038	-
Total do Passivo		14.564.082	14.419.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações de Resultados

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	31.3.2017	31.3.2016
Receitas com juros e similares	23.a	296.363	374.303
Despesas com juros similares	23.b	(73.921)	(70.226)
Resultado líquido com juros e similares		222.442	304.077
Resultado com provisões e perdas de ativos financeiros		(51.953)	(134.901)
Reversões (provisões) líquidas	23.c	83.138	(32.729)
Descontos concedidos	23.c	(84.179)	(71.287)
Perdas nas operações	23.c	(50.912)	(30.885)
Receitas (despesas) na recuperação de créditos adquiridos	23.d	23.486	89.521
Outras receitas (despesas)	23.e	2.851	871
Resultado Intermediário		196.826	259.568
Ganhos (perdas) com outros recebíveis		3.747	4.212
Receitas com outros recebíveis	23.f	3.191	3.315
Reversões (provisões) para perdas com outros recebíveis	23.f	556	897
Resultado com (provisões) reversões para riscos cíveis		(18)	61
Resultado com tributos a recuperar	23.g	498	3.322
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	23.h	(12.089)	(3.421)
Despesas administrativas		(67.337)	(67.164)
Despesas com pessoal	23.i	(5.774)	(4.820)
Despesas com serviços de terceiros	23.i	(59.882)	(60.573)
Outras despesas administrativas	23.i	(1.681)	(1.771)
Resultado antes de outras receitas e despesas financeiras		121.627	196.578
Receitas Financeiras	23.j	11.871	15.004
Despesas Financeiras	23.j	(12.460)	(6.347)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		121.038	205.235
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado do período		121.038	205.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Resultado do período	121.038	205.235
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do período	121.038	205.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31.12.2015	9.057.993	48.918	697.075	-	9.803.986
Resultado do período				205.235	205.235
Saldo em 31.3.2016	9.057.993	48.918	697.075	-	10.009.221

EVENTOS	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31.12.2016	9.057.993	59.324	845.368	-	9.962.685
Resultado do período				121.038	121.038
Saldo em 31.3.2017	9.057.993	59.324	845.368	-	10.083.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício ajustado	253.942	415.322
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	121.038	205.235
Depreciação e amortização	202	187
Resultado na baixa de ativos imobilizados	-	4
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(83.138)	32.729
Provisão para perdas	1.441	1.111
Provisão para riscos cíveis	18	(61)
Descontos concedidos	84.179	71.287
Perdas com ativos financeiros	50.912	30.885
Despesas financeiras sobre financiamentos	73.921	70.226
Despesas financeiras sobre dividendo / JCP	5.369	3.719
Variações nos ativos	(220.115)	131.629
(Aumento) redução dos títulos públicos federais	(25.449)	73.603
(Aumento) redução dos fundos de investimento	(2.090)	44.499
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	17.207	98.732
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	8.383	11.284
(Aumento) redução de créditos adquiridos	78.182	(1.306)
(Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos para venda	(14.458)	(10.058)
(Aumento) redução de créditos vinculados - SFH	(285.106)	(346.508)
(Aumento) redução de outros créditos a receber	3.671	2.321
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	(455)	259.062
Variações nos passivos	(517)	(12.190)
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	106	274
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	(275)	(7.417)
Aumento (redução) de obrigações tributárias	(796)	7.411
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(74)	(2.061)
Aumento (redução) de obrigações com mutuários	(4.740)	(10.102)
Aumento (redução) de obrigações com ativos mantidos para venda	5.262	(295)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	33.310	534.761
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(15.879)	(53.601)
Impostos pagos sobre o lucro	(14.008)	(63.545)
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais	3.423	417.614
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do imobilizado	(542)	-
Caixa líquido proveniente das atividades investimento	(542)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(38.637)	(446.431)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(38.637)	(446.431)
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	(35.756)	(28.816)
Modificação na posição financeira		
No início do período	51.032	38.863
No fim do período	15.276	10.047
Aumento (redução) líquida do caixa e equivalente de caixa	(35.756)	(28.816)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

a) Introdução

A Empresa Gestora de Ativos - EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Com sede em Brasília, no Distrito Federal, é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 8.590, de 15 de dezembro de 2015, e pela legislação aplicável.

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul - Quadra 2 - Bloco B - Subloja e 1º subsolo - Edifício São Marcus, em Brasília (DF) - CEP 70.070-902.

b) Informações sobre a constituição e forma de atuação

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela instituição. Em contrapartida, assumiu passivos de responsabilidade da CAIXA com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em montante correspondente ao valor da cessão.

Desde então, a EMGEA tem atuado para o restabelecimento do fluxo financeiro de seus ativos, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa e minimizar a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso e com base em seu fluxo de caixa projetado, a Administração da EMGEA avalia em conjunto com o Acionista Controlador se existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa.

É de se ressaltar, por outro lado, que a EMGEA tem implantado medidas de incentivo à regularização dos contratos, capazes de acelerar liquidações, bem como a reestruturação de seus créditos, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também incremento do ingresso de recursos.

A administração da carteira de financiamentos imobiliários e comerciais, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos, é feita pela CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela instituição.

Por se tratar de empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, de natureza não financeira, a EMGEA não possui nenhuma exigência de capital referida por órgãos externos e/ou reguladores.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial ao CPC (21) Demonstrações intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15 de maio de 2017.

b) Reclassificações e aberturas para fins de comparabilidade

Foram efetuadas determinadas reclassificações e aberturas na Demonstração de Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa quanto ao primeiro trimestre de 2016 para melhor comparabilidade com o primeiro trimestre de 2017, sem afetar o resultado final conforme demonstrado a seguir:

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de março de 2016

Descrição Grupo e subgrupo	Valor original	Reclassificações	Valor reclassificado
Demonstração de resultado			
Receita com juros e similares	392.659	(18.356)	374.303
Resultado líquido com juros e similares	322.433		304.077
Ganhos (perdas) líquidos com outros recebíveis			
Descontos concedidos	(102.172)	30.885	(71.287)
Perdas nas operações	-	(30.885)	(30.885)
Receitas (despesas) na recuperação de créditos adquiridos	98.754	(9.233)	89.521
Outras receitas (despesas)	1.178	(307)	871
Resultado intermediário	287.464		259.567
Receitas com outros recebíveis	3.494	(179)	3.315
Reversões (provisões) para perdas com outros recebíveis	798	99	897
Resultado com tributos a recuperar	3.484	(162)	3.322
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	(2.459)	(962)	(3.421)
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal	(4.205)	(615)	(4.820)
Despesas com tributos	(30.394)	30.394	-
Outras despesas administrativas	(1.824)	53	(1.771)
Resultado antes das outras receitas e despesas financeiras	195.846		196.577
Receitas Financeiras	15.736	(732)	15.004
Resultado líquido do exercício	205.235		205.235

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de março de 2016

Descrição Grupo e subgrupo	Valor original	Reclassificações	Valor reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Variações nos ativos	68.084		131.628
(Aumento) redução de obrigações com IR/CSLL pagos	(63.545)	63.545	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacional			
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	-	(53.601)	(53.601)
Impostos pagos sobre o lucro	-	(63.545)	(63.545)
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais	471.216		417.615
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(53.601)	53.601	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento (diminuição) líquida do caixa e equivalente de caixa	(28.816)		(28.816)

As principais reclassificações e aberturas acima na Demonstração de Resultado assim como na Demonstração do Fluxo de Caixa encontram-se descritas a seguir:

Demonstração do Resultado:

Foi efetuada a abertura do item “Descontos concedidos/Perdas”, com a alocação das “Perdas com ativos financeiros” reconhecidas no resultado em um item específico com os respectivos impactos na Demonstração do Fluxo de Caixa (?).

Adicionalmente foi efetuada a segregação dos tributos PASEP/COFINS do item “Despesas com tributos” e reclassificação nos respectivos grupos das receitas que lhes deram origem.

Tais aberturas e reclassificações não afetaram o resultado final do trimestre.

Demonstração do Fluxo de Caixa:

A administração decidiu acatar a recomendação da CGU e classificar os juros pagos decorrentes de empréstimos e financiamentos como atividade operacional. Dessa forma, para fins de comparabilidade o valor dos juros pagos no primeiro trimestre de 2016, classificado como atividade de financiamento, foi reclassificado para atividade operacional. Esse procedimento de reclassificação não representa um erro, pois de acordo como CPC 3 (R2) – Fluxo de Caixa é permitida a classificação em ambas as categorias.

3. Principais práticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis adotados no primeiro trimestre de 2017 foram aplicados consistentemente com os mesmos critérios utilizados no encerramento do exercício de 2016.

Estas informações contábeis intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, as informações contábeis intermediárias devem ser lidas com as demonstrações financeiras anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	889	24.777
Operações compromissadas (i)	14.387	26.256
Total	15.276	51.033

(i) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela Caixa Econômica Federal. A rentabilidade no 1º trimestre de 2017 foi de 3,43% (4,00% no primeiro trimestre de 2016).

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Títulos públicos federais

As aplicações em fundos exclusivos descritos a seguir são administradas pela CAIXA, que possuem recursos aplicados em títulos de renda fixa.

Conforme definido no regulamento do fundo de investimento, as cotas não possuem prazo de carência para resgates, os quais podem ocorrer a qualquer tempo.

Todas as aplicações nos fundos de investimentos estão marcadas pelo valor de cota do fundo divulgada na data do balanço, e o fundo adota o valor justo como critério de avaliação da sua carteira de ativos.

Considerando que esses fundos são exclusivos da EMGEA, para fins de apresentação, estão sendo apresentados de forma segregada por tipo de aplicação. As características de cada fundo e ativos aplicados estão descritas a seguir.

i. Em 31 de março de 2017:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor justo	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	72.592	72.698	106	até 06 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	69.589	69.588	(1)	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	13.240	13.330	90	7 a 12 meses
Total	155.421	155.616	195	

ii. Em 31 de dezembro de 2016:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor justo	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	29.453	29.478	25	até 06 meses
Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F)	41.932	41.931	(1)	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	58.597	58.757	160	7 a 12 meses
Total	129.982	130.166	184	

Os títulos possuem classificação nível 1 de hierarquia de valor justo.

O Fundo operou no mercado de derivativos até o limite das posições detidas à vista, com o objetivo de adequar a carteira à política de investimento, cujas operações no mercado futuro estavam distribuídas em 31 de março de 2017, conforme a seguir:

Título	Ativo	Passivo	Valor de Referência	Faixa de vencimento
DI1	-	-	7.311	até 6 meses
DI1	-	2	75.639	7 a 12 meses
Total Mercado de Derivativos	-	2	82.950	

5.2. Fundos de investimento

i. Em 31 de março de 2017:

Quotas de Fundo de Investimento:

Descrição	Qtde Quota	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extramercado FAE 2 (i)	40.908.415	1,578401649	64.571
Bloqueio Judicial (ii)			(158)
Total			64.413

ii. Em 31 de dezembro de 2016:

Quotas de Fundo de Investimento:

Descrição	Qtde Quota	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extramercado FAE 2 (i)	40.937.787	1,526493477	62.491
Bloqueio Judicial (ii)			(169)
Total			62.322

(i) Refere-se ao valor das cotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média bruta foi de, aproximadamente, 3,40% no primeiro trimestre de 2017 (3,83% no primeiro trimestre de 2016).

(ii) Refere-se ao valor de bloqueio judicial reclassificado para outros créditos vinculados (Nota 7.1).

6. Operações de Crédito

6.1. Créditos Imobiliários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário refere-se aos créditos transferidos à EMGEA pela CAIXA em decorrência de Instrumentos Contratuais de Cessão firmados com aquela instituição. É composto por contratos de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2023.

a) Composição da carteira de crédito imobiliário

A composição da carteira de crédito imobiliário é a seguinte:

i. Em 31 de março de 2017:

Descrição	31.3.2017		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	161.772	1.264.690	1.426.462
Valores a receber (ii)	625.011	11.670.084	12.295.095
Rendas a apropriar (iii)	(240.003)	(5.687.366)	(5.927.369)
Diferencial de juros (iv)	(62)	(12.192)	(12.254)
Outros valores (v)	7.390	-	7.390
Deságio (vi)	(24.174)	(67.678)	(91.852)
Subtotal	529.934	7.167.538	7.697.472
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(225.895)	(5.999.829)	(6.225.724)
Total	304.039	1.167.709	1.471.748

ii. Em 31 de dezembro de 2016

Descrição	31.12.2016		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	251.753	1.311.523	1.563.276
Valores a receber (ii)	582.763	11.745.451	12.328.214
Rendas a apropriar (iii)	(233.383)	(5.741.325)	(5.974.708)
Diferencial de juros (iv)	(62)	(13.344)	(13.406)
Outros valores (v)	7.228	-	7.228
Deságio (vi)	(23.794)	(70.393)	(94.187)
Subtotal	584.505	7.231.912	7.816.417
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(234.389)	(6.046.510)	(6.280.899)
Total	350.116	1.185.402	1.535.518

(i) O saldo devedor corresponde às parcelas vincendas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(ii) O saldo de valores a receber corresponde às parcelas vencidas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(iii) Refere-se às receitas de operações de crédito vencidas a partir do 60º dia.

(iv) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.

(v) Outros valores incluem os valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.

(vi) O Deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30 de setembro de 2014.

b) Distribuição por tipo de financiamento

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de março de 2017:

Tipo	31.3.2017		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa Física	231.073	5.143.291	5.374.364
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(184.569)	(3.652.633)	(3.837.202)
Deságio	(623)	(91.229)	(91.852)
Total Pessoa Física	45.881	1.399.429	1.445.310
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	2.390.379	2.390.379
Pessoa Jurídica - Setor Público	-	17.191	17.191
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Privado	-	(2.388.522)	(2.388.522)
Total Pessoa Jurídica	-	19.048	19.048
Outros valores	-	7.390	7.390
Total	45.881	1.425.867	1.471.478

ii. Em 31 de dezembro de 2016

Tipo	31.12.2016		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa Física	236.578	5.232.051	5.468.629
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(187.513)	(3.678.625)	(3.866.138)
Deságio	(637)	(93.550)	(94.187)
Total Pessoa Física	48.428	1.459.876	1.508.304
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	2.416.032	2.416.032
Pessoa Jurídica - Setor Público	-	18.715	18.715
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Privado	-	(2.414.761)	(2.414.761)
Total Pessoa Jurídica	-	19.986	19.986
Outros valores	-	7.228	7.228
Total	48.428	1.487.090	1.535.518

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira por faixa de atraso está demonstrada a seguir:

Faixa de Atraso	31.3.2017	31.12.2016
Setor Privado - Pessoa Física e Pessoa Jurídica		
De 0 a 60 dias	886.724	956.187
De 61 a 180 dias	68.625	17.995
De 181 a 360 dias	19.289	25.654
Acima de 360 dias	5.251.086	5.281.063
Total	6.225.724	6.280.899

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

No período, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Saldo inicial	(6.280.899)	(6.404.229)
Reversão de provisões	125.915	593.648
Reforço de provisões	(70.740)	(470.318)
Movimentação líquida nas provisões	55.175	123.330
Saldo final	(6.225.724)	(6.280.899)

6.2. Créditos Comerciais

Referem-se aos créditos transferidos à EMGEA pela CAIXA, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30 de setembro de 2014, representados por contratos comerciais perante pessoas físicas, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2018.

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Circulante	155.721	152.064
Saldo Devedor (i)	1.884.188	1.904.889
Deságio - Créditos Comerciais (ii)	(1.716.007)	(1.733.084)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.460)	(19.741)
Não Circulante	440.964	445.724
Saldo Devedor (i)	3.437.640	3.466.737
Deságio - Créditos Comerciais (ii)	(2.996.676)	(3.021.013)
Total	596.685	597.788

(i) Composto por contratos perante pessoas físicas, de baixo valor, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo, Minha Casa Melhor e crédito direto ao consumidor.

(ii) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos comerciais.

7. Créditos Vinculados

Referem-se aos créditos vinculados às operações de créditos imobiliários, comerciais, de imóveis não de uso e outros valores, cuja composição é a seguinte:

7.1. Créditos Vinculados - Circulante

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Créditos Vinculados	195.445	204.501
Movimentação financeira - CAIXA (i)	46.205	58.272
Desembolso com execuções a recuperar (ii)	61.753	61.458
Repasse com Seguro FCVS/FGTS	36.891	35.080
Cessão de Créditos - quitação de dívida créditos <i>pro solvendo</i> (iii)	15.395	15.083
Débitos remanescentes (iv)	11.881	11.881
Indenizações de sinistro a receber (v)	11.332	11.183
Valores a apropriar (vi)	7.183	6.791
Créditos a receber na novação do FCVS (vii)	4.334	4.286
FGTS a receber	147	157
Bloqueios judiciais	175	249
Outros recebíveis	149	61
Provisões para perdas	(132.071)	(127.404)
Provisão desembolso de execução a recuperar	(55.581)	(55.316)
Provisão repasse com Seguro/FCVS/FGTS	(36.891)	(35.080)
Provisão perdas débitos remanescentes	(11.881)	(11.881)
Provisão s/ valores a repassar - Movimentação financeira CAIXA	(27.718)	(25.127)
Total	63.374	77.097

(i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.

(ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.

(iii) Refere-se ao somatório de ressarcimentos de sinistros represados na seguradora provenientes da carteira imobiliária da COHAB/ES cedidos à EMGEA em pagamento das diferenças de saldos da cessão originária, em razão do caráter *pro solvendo* da aquisição dos créditos, conforme Instrumento de Transação com Quitação de Dívida entre o Estado do Espírito Santo, a COHAB/ES e a EMGEA assinado em 21 de dezembro de 2016, com previsão de ressarcimento no decorrer do exercício de 2017.

(iv) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.

(v) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.

(vi) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.

(vii) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS.

7.2. Créditos Vinculados - Não Circulante

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Créditos Vinculados	329.189	323.805
Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (i)	178.349	176.510
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (ii)	55.237	55.237
Permuta de créditos com a CAIXA - Saldo de reposicionamento (iii)	52.701	51.818
Depósitos judiciais (iv)	35.771	33.327
PLD - seguro de crédito (v)	7.131	6.913
Provisões para perdas	(232.222)	(230.216)
Provisão de créditos a receber da União - retenção indevida de IR (vi)	(178.349)	(176.510)
Provisão de valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (vii)	(46.742)	(46.793)
Provisão de PLD - Seguro de crédito	(7.131)	(6.913)
Total	96.967	93.589

(i) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

(ii) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a ser devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(iii) Refere-se à diferença em favor da EMGEA decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos de acordo com Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a CAIXA e a EMGEA de 30 de setembro de 2014, conforme Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30 de janeiro de 2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a., acrescido de Taxa Referencial (TR).

(iv) Referem-se a depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrentes de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais até o ajuizamento e encerramento do processo.

(v) Perda líquida definitiva (PLD) - seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

(vi) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R\$ 178.349 tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como "possível".

(vii) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

8. Impostos e contribuições a recuperar

8.1. Impostos a compensar ou recuperar

i. Em 31 de março de 2017

Tributos	Saldo em 31.12.2016	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.3.2017
IRPJ	14.174	-	417	-	(19)	14.572
CSLL	3.523	-	105	-	(48)	3.580
COFINS	7	-	-	-	-	7
PASEP	33	-	-	-	-	33
Total	17.737	-	522	-	(67)	18.192

ii. Em 31 de dezembro de 2016

Tributos	Saldo em 31.12.2015	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2016
IRPJ	183.809	13.600	2.681	(181.599)	(4.317)	14.174
CSLL	80.701	3.458	1.134	(71.321)	(10.449)	3.523
COFINS	1.170	-	26	-	(1.189)	7
PASEP	31	-	2	-	-	33
Total	265.711	17.058	3.843	(252.920)	(15.955)	17.737

8.2. Impostos pagos antecipadamente

A EMGEA recolheu no primeiro trimestre de 2017 o valor de R\$ 14.008 a título de antecipação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (R\$ 10.422) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (R\$ 3.586).

9. Ativos não circulantes mantidos para venda

Esse grupo de ativos inclui imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Circulante	81.597	79.574
Imóveis não de uso	86.381	84.247
Provisão para desvalorização	(4.784)	(4.673)
Não Circulante	319.209	308.821
Imóveis não de uso	399.254	386.931
Provisão para desvalorização	(80.045)	(78.110)
Total	400.806	388.395

Esses ativos, representados por imóveis não de uso de propriedade da EMGEA, podem não ser alienados em sua totalidade no prazo de 1 (um) ano, em razão das características dos imóveis quanto ao estado de ocupação, localização pulverizada pelo país, despesas próprias do bem vencidos a regularizar, estado físico dos imóveis e impedimentos judiciais à venda. Tais características implicam a necessidade de ações de administração para disponibilização do imóvel ao mercado, inclusive com participação de audiências de conciliação na Justiça Federal, ressaltando que na venda a EMGEA deve seguir o rito licitatório definido pela Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 13.303/2016.

Para os imóveis com pendências judiciais impeditivas de venda, é constituída provisão para desvalorização correspondente ao percentual de 100% do valor contábil.

As movimentações ocorridas nos períodos foram as seguintes:

i. Em 31 de março de 2017:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2016	471.178
Adições	30.438
Alienações	(15.981)
Saldo Em 31 de março de 2017	485.635

ii. Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2015	414.110
Adições	123.425
Alienações	(66.357)
Saldo Em 31 de dezembro de 2016	471.178

10. Créditos Vinculados - SFH

Representam os valores residuais de contratos encerrados a ser ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

A EMGEA, com base na autorização prevista na MP nº 2.196/2001, de 24 de agosto de 2001, vem realizando permutas dos títulos CVS adquiridos nas novações e nas negociações, pelo seu valor de face, com o Tesouro Nacional, por títulos públicos federais, de maior liquidez.

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de março de 2017:

Situação dos contratos	31.3.2017		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	324.642	(95.662)	228.980
Habilitados e não homologados (ii)	629.270	(184.691)	444.579
Habilitados e homologados (iii)	14.165.963	(3.174.791)	10.991.172
Saldo	15.119.875	(3.455.144)	11.664.731

ii. Em 31 de dezembro de 2016:

Situação dos contratos	31.12.2016		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	324.464	(96.058)	228.406
Habilitados e não homologados (ii)	613.426	(180.040)	433.386
Habilitados e homologados (iii)	13.930.233	(3.207.009)	10.723.224
Saldo	14.868.123	(3.483.107)	11.385.016

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (Prestadora de Serviços da EMGEA).

(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.

(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

11. Créditos Adquiridos

Referem-se a créditos adquiridos pela EMGEA decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas à resolução da condição *pro solvendo*, estabelecida nos contratos originais de aquisição e reposicionamento dos ativos. Os saldos são atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente.

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Valores a receber - Entes da Federação (i)	-	78.183
Total	-	78.183

(i) Em 23 de março de 2017, ocorreu a assinatura do instrumento de transação com quitação de dívida entre o Estado de Minas Gerais e a EMGEA para o pagamento das dívidas do Estado no valor de R\$ 78.978, com o recebimento de R\$ 7.897, em espécie, e de R\$ 71.081, em créditos FCVS homologados pelo Fundo.

12. Imobilizado

As movimentações ocorridas nesta rubrica estão representadas a seguir:

i. Em 31 de março de 2017

Bens	Saldo líquido em 31.12.2016	Movimentação			Saldo líquido em 31.3.2017	Custo em 31.3.2017	Depreciação acumulada em 31.3.2017
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	588	-	-	(36)	552	2.271	(1.719)
Sistemas de informática	1.726	154	-	(166)	1.714	6.976	(5.262)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	376	(376)
Total	2.314	154	-	(202)	2.266	9.623	(7.357)

ii. Em 31 de dezembro de 2016:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2015	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2016	Custo em 31.12.2016	Depreciação acumulada em 31.12.2016
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	725	11	(143)	(5)	588	2.271	(1.683)
Sistemas de informática	1.352	1.045	(732)	61	1.726	6.821	(5.095)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	376	(376)
Total	2.077	1.056	(875)	56	2.314	9.468	(7.154)

13. Passivos financeiros - Financiamentos

Referem-se a obrigações com o FGTS, com garantia da União, com o FDS e com a CAIXA.

A movimentação ocorrida nos períodos foram as seguintes:

i. Em 31 de março de 2017

Credor	31.3.2017	Vencimento Final	Encargos
FGTS - Dívida Vincenda (i)	3.847.734	2029	TR + juros de 3,91% a.a. / SELIC
FDS	1.217	2019	
CAIXA (iii)	2.081	2017	
Total	3.851.032		
Passivo circulante	162.228		
Passivo não circulante	3.688.804		

ii. Em 31 de dezembro de 2016

Credor	31.12.2016	Vencimento Final	Encargos
FGTS - Dívida Vincenda (i)	3.647.487	2029	TR + juros de 3,91% a.a. / SELIC
FGTS - Dívida Vencida (ii)	174.576		TR + juros de 7,758% a.a. + mora 1% a.m
FDS	1.332	2019	TR + juros de 0,5% a.a.
CAIXA (iii)	8.233	2017	TR + juros de 6,06% a.a.
Total	3.831.628		
Passivo circulante	343.609		
Passivo não circulante	3.488.019		

(i) Valores renegociados em 30 de dezembro de 2014, 30 de dezembro de 2016 e 24 de fevereiro de 2017, com base nas Resoluções do Conselho Curador do FGTS nos 752/2014 e 809/2016, por meio das quais foram repactuadas em 2014, as condições da dívida com origem em operações de habitação, e em 2016 e 2017, os passivos com origem em operações de infraestrutura e saneamento, no valor de R\$ 1.585,26 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 179.854 em 24.2.2017. De forma resumida, as últimas repactuações (2016 e 2017) consiste na concessão de carência, para pagamento das obrigações da EMGEA com o Fundo, de 36 meses, prorrogável, a critério do Agente Operador do Fundo, por mais 18 meses, mediante a dação em garantia de créditos perante o FCVS. Durante o período de carência, a dívida será atualizada com base na taxa SELIC.

(ii) Valores vencidos em 31.12.2016, que foram objeto de repactuação em 24 de fevereiro de 2017, com base no previsto na Resolução do CCFGTS nº 809/2016, estabelecendo as mesmas condições pactuadas no Instrumento de 30 de dezembro de 2016 (carência de 36 meses mediante a dação em garantia de créditos FCVS) (Nota 28).

(iii) Em abril de 2014, após o equacionamento de pendências decorrente das Cessões de Créditos com a CAIXA, foi assumido um passivo perante aquela instituição.

14. Obrigações com pessoal

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Circulante	6.806	6.700
Férias a pagar	1.277	1.385
Salários a pagar	1.229	1.015
Participação no lucro - Administradores (i)	1.116	1.113
Participação no lucro - Empregados (ii)	2.280	2.280
INSS a recolher	671	633
FGTS a recolher	233	274
Não Circulante	277	277
Participação no lucro - Administradores (i)	277	277
Total	7.083	6.977

(i) Referem-se aos valores de participação no lucro aos Administradores, relativos aos exercícios de 2012 (R\$ 92), 2013 (R\$ 193), 2014 (R\$ 369), 2015 (R\$ 276) e 2016 (R\$ 463), que foram atualizados pelo IPCA até a data do relatório, uma vez que os valores não foram pagos, em decorrência dos efeitos que poderão advir da decisão do Tribunal de Contas da União, em face da Representação nº TC 23.999/2015-2 (Nota 22).

(ii) Referem-se aos valores não pagos de participação no lucro aos empregados, relativos aos exercícios de 2014 (R\$ 683), 2015 (R\$ 745) e 2016 (R\$ 852), em decorrência dos efeitos que poderão advir da decisão do Tribunal de Contas da União, em face da Representação nº TC 23.999/2015-2 (Nota 22).

15. Obrigações com fornecedores

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
CAIXA - prestação de serviços (i)	20.266	20.431
Pessoal requisitado de terceiros	1.517	1.841
Fornecedores de bens e serviços	1.934	2.108
Total	23.717	24.380

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrentes da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA à EMGEA.

16. Obrigações tributárias

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
COFINS	6.016	8.476
PASEP	1.040	1.500
IRRF / ISS	466	651
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.003	2.669
Créditos de impostos recebidos da RFB (i)	102.622	99.646
Total	112.147	112.942

(i) Refere-se a crédito efetuado pela RFB ocorrido em 20 de abril de 2016 no montante de R\$ 90.858, acrescido de atualização pela SELIC até 31 de março de 2017, aguardando análise por parte da RFB.

17. Juros sobre capital próprio/Dividendos

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Juros sobre capital próprio - JCP (i)	134.231	130.339
Dividendos (ii)	50.907	49.431
Total	185.138	179.770

(i) Referem-se aos valores não pagos de JCP dos exercícios de 2015 (R\$ 68.053) e 2014 (R\$ 66.178) que foram atualizados pela taxa SELIC até a data do relatório, uma vez que os valores não foram pagos em decorrência dos efeitos que poderão advir da decisão do Tribunal de Contas da União, em face da Representação TC nº 23.999/2015-2 (Nota 22).

(ii) Refere-se ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2016, a ser destinado para Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, conforme Proposta de Destinação do Lucro do Exercício.

18. Obrigações por repasses

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Valores a ressarcir (i)	7.054	7.381
Seguros a pagar	2.443	2.660
Subsídios contratos do FGTS	29	28
FCVS a pagar	8	9
Obrigações assumidas quitação de contratos <i>pro solvendo</i> (ii)	23.189	22.719
Total	32.723	32.797

(i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários e repasses de IOF de créditos comerciais, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

(ii) Valor referente ao débito perante a Administradora do Seguro Habitacional em função da inadimplência da COHAB/ES assumido pela EMGEA conforme Instrumento de Transação com Quitação de Dívida entre o Estado do Espírito Santo, a COHAB/ES e a EMGEA, assinado em 21 de dezembro de 2016, para pagamento das diferenças de saldos da cessão originária, em razão em razão do caráter *pro solvendo* da aquisição dos créditos, com previsão de pagamento no decorrer no exercício de 2017.

19. Obrigações com mutuários

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Diferença de prestações pagas a maior	70.731	72.357
Saldo credores (i)	88.344	81.061
Valores a apropriar (i)	13.642	12.549
Pendência de arrecadação e cadastro (ii)	66.097	77.587
FGTS-SFH-quotas utilizadas - pagamento prestação crédito imobiliário	2.012	2.011
Total	240.826	245.565

(i) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza.

(ii) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA.

20. Provisão para riscos cíveis

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

a) Contingências cíveis - Risco provável

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume

significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.

Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 2.046 (R\$ 2.027 em 2016), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

i. Em 31 de março de 2017

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.027
Adições	124
Reversões	(105)
Saldo Em 31 de março de 2017	2.046

ii. Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.667
Adições	2.018
Reversões	(12.658)
Saldo Em 31 de dezembro de 2016	2.027

b) Contingências - Risco possível

Não há contingências classificadas como de risco possível.

21. Obrigações com ativos mantidos para venda

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela prestação de serviços de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

Descrição	31.3.2017	31.12.2016
Desembolso com Imóveis não de uso EMGEA	25.647	20.387
Total	25.647	20.387

22. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social da EMGEA, em 31 de março de 2017, permanece no valor de R\$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União.

No exercício de 2012 foi autorizada e registrada contabilmente a redução do Capital Social mediante a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 10.952.226. Com a referida redução, o Capital Social passou de R\$ 20.010.219 para R\$ 9.057.993.

Em 2014, a Assessoria Jurídica da então Controladoria Geral da União (CGU) manifestou entendimento divergente ao adotado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) quanto à necessidade de edição de decreto autorizativo, preliminarmente à concretização da redução do capital efetuada pela Empresa em 2012.

Em decorrência de tal divergência, a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional, do Tribunal de Contas da União (TCU) autuou, em 15 de novembro de 2015, a Representação nº TC 23.999/2015-2 questionando a autorização concedida pelo Senhor Ministro da Fazenda para citada redução.

Em 15 de dezembro de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.590, que aprovou o novo Estatuto Social da EMGEA com o novo valor do capital, devidamente registrado na Junta Comercial do Distrito Federal.

A divergência inicialmente levantada pela Assessoria Jurídica da CGU foi sanada em decorrência de posterior manifestação daquele Órgão, a qual foi corroborada pela Advocacia Geral da União (AGU) em 15 de março de 2016.

A acima citada representação encontra-se ainda em exame no TCU e a Administração entende que terá êxito no desfecho do assunto.

Em face de Representação em trâmite naquela Corte, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas ressalvados os efeitos que poderão advir da decisão do TCU, conforme despacho do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, datado de 5 de abril de 2016.

23. Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados

a) Receitas com juros e similares

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (i)	186.582	227.124
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (ii)	49.267	62.651
Receitas de juros - créditos comerciais (iii)	1.849	4.110
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (ii)	14.579	18.821
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (i)	22.131	41.869
Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios (iv)	36.490	38.084
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(14.535)	(18.356)
Total	296.363	374.303

(i) Referem-se aos valores de atualização monetária e dos juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.

(ii) Equivale à incidência de juros de taxa média ponderada de 7,08% ao ano para contratos firmados com pessoa física com cobertura do FCVS, de 9,65% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS, de 11,24% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica do setor privado, e de 5,01% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica do setor público. Para os contratos de crédito imobiliário de pessoa física com cobertura e sem cobertura do FCVS, transferidos a EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014, as taxas médias foram de 7,87% e 9,67%, respectivamente. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP e UPRD).

(iii) Referem-se aos valores de juros contratuais apurados sobre os saldos devedores dos créditos comerciais transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30 de setembro de 2014.

(iv) Referem-se às taxas para cobertura de despesas de administração dos contratos recebida no encargo mensal, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso, relativas às operações de créditos imobiliários e comerciais.

b) Despesas com juros e similares

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Despesas com juros	(60.798)	(51.816)
Despesas com atualização monetária	(8.241)	(18.410)
Despesas financeiras encargos moratórios (i)	(4.882)	-
Total	(73.921)	(70.226)

(i) Valor dos encargos moratórios sobre a dívida vencida das obrigações da EMGEA perante o FGTS, decorrente da suspensão de pagamento das prestações mensais do período de janeiro e fevereiro de 2017, incorporados na dívida do contrato renegociado em 24 de fevereiro de 2017, com base na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 809/2016 (Nota 13).

c) Resultado com ativos financeiros

i. Reversões (provisões) líquidas

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Reversões (provisões) líquidas para créditos de liquidação duvidosa - operações de crédito imobiliário	55.174	34.756
Reversões (provisões) líquidas para perdas na novação de créditos perante o FCVS (i)	27.964	(67.485)
Total	83.138	(32.729)

(i) Valor composto pela provisão para perdas na novação de créditos perante o FCVS (R\$ 43.930) e pelas reversões ocorridas no exercício (R\$ 71.895) em contrapartida com perda assumida no resultado (Nota 23 c.iii - Perdas com ativos financeiros) de créditos homologados pelo Fundo com valores inferiores ao de expectativa de recebimento pela EMGEA e de baixa de diferença de cessão dos contratos *pro soluto*, para os quais já foram esgotadas as possibilidades de recurso ao Fundo.

ii. Descontos concedidos

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Operação de crédito imobiliário	(49.444)	(70.752)
Com Cobertura do FCVS	(2.014)	(6.699)
Sem Cobertura do FCVS	(47.430)	(64.053)
Operações créditos comerciais	(22)	(1)
Total Pessoa Física	(49.466)	(70.753)
Pessoa Jurídica	(34.713)	(534)
Total	(84.179)	(71.287)

iii. Perdas com ativos financeiros

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Perdas operações de adjudicação/arrematação de imóveis	(17.558)	(16.230)
Perdas com créditos FCVS (i)	(33.354)	(14.655)
Total	(50.912)	(30.885)

(i) Valor assumido como perda no exercício decorrente de processamento especial de baixa de diferença de cessão dos contratos *pro soluto* relativos a créditos perante o FCVS, para os quais já foram esgotadas as possibilidades de recurso ao Fundo.

d) Receitas (despesas) na recuperação de créditos adquiridos

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Receitas de deságio com créditos comerciais/imobiliários (i)	25.824	31.222
Receitas com renegociação - Agentes cedentes (ii)	-	67.532
Reversão (provisão) para perdas - devolução de créditos Agentes cedentes (iii)	50	(98)
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(2.388)	(9.135)
Total	23.486	89.521

(i) Apropriação do deságio na recuperação de créditos comerciais e imobiliários transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30 de setembro de 2014, correspondente à diferença do valor recebido e o valor de aquisição do crédito.

(ii) Recebimento no exercício para quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas a resolução da condição dívida *pro solvendo*.

(iii) Reversão de provisão em contrapartida com perdas tendo em vista Contratos de Quitação de Dívida de débitos relacionados a créditos adquiridos em caráter *pro solvendo* (Nota 7.2).

e) Outras receitas (despesas)

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Outras receitas operacionais	9.674	5.232
Atualização Monetária s/Indenizações Sinistro/FGTS	4.653	3.222
Recuperação de despesas - Mutuários em Execução	1.360	797
Receitas de vendas parceladas de imóveis	117	192
Recuperação de saldos residuais - operações de créditos imobiliários/comerciais (i)	164	284
Atualização de valores a receber /Quitação de carteiras	312	-
Outras rendas eventuais/Fundo de Equalização	3.785	1.044
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(717)	(307)
Outras despesas	(6.823)	(4.361)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis e outras	(2.751)	(2.755)
Despesas com diferenças de prestações de créditos imobiliários	(471)	(1.021)
Despesas com manutenção de créditos e garantias	-	(194)
Despesas eventuais e outras	(3.601)	(391)
Total de Outras receitas (despesas) operacionais	2.851	871

(i) Refere-se à arrecadação na EMGEA da carteira comercial - Crédito Caixa Fácil adquirida na permuta de créditos realizada com a CAIXA em 30 de setembro de 2014.

f) Ganhos (perdas) com outros recebíveis

i. Receitas com outros recebíveis

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Valores a receber - IR retido indevidamente em repasse de recursos	1.839	1.968
Valores a receber - entes da federação	1.406	1.356
Remuneração intermediação de seguro habitacional	113	170
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS/ISS	(167)	(179)
Total	3.191	3.315

ii. Reversões (provisões) para perdas com outros recebíveis

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Reversão (provisão) sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(1.839)	(1.968)
Reversão (provisão) para perdas no desembolso com execução/PLD	(483)	(1.156)
Reversão (provisão) para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira - CAIXA	(599)	(995)
Reversão (provisão) para perdas sobre valores a receber de créditos comerciais/MCM	3.477	5.016
Total	556	897

g) Resultado com tributos a recuperar

O resultado de créditos com impostos e contribuições a recuperar inclui os valores de juros compensatórios calculados à taxa SELIC sobre o saldo dos impostos a recuperar.

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Juros compensatórios sobre tributos a recuperar (i)	522	3.484
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(24)	(162)
Total	498	3.322

(i) A variação decorre da redução dos saldos de créditos tributários tendo em vista as restituições efetuadas pela RFB no período.

h) Resultado líquido com ativos mantidos para venda

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Lucro na alienação de imóveis não de uso	7.789	10.251
Receitas (despesas) com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras)	(5.039)	(6.737)
Tarifa com administração de imóveis não de uso	(10.041)	(2.117)
Reversão (provisão) para desvalorização de imóveis não de uso	(2.047)	(1.909)
Despesas com laudo de avaliação	-	(957)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso	(2.010)	(990)
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(741)	(962)
Total	(12.089)	(3.421)

i) Despesas administrativas

i. Despesas com pessoal

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Salários e Gratificações	(2.773)	(2.462)
Encargos Sociais (FGTS/INSS)	(1.198)	(930)
Provisão de férias/13º salário e encargos	(624)	(696)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(781)	(436)
Auxílio alimentação	(234)	(191)
Treinamento de pessoal	(41)	(19)
Rescisões Contratuais	(25)	(36)
Assistência médica e social	(52)	(50)
Ajuda de custo/moradia e PQVT	(46)	-
Total	(5.774)	(4.820)

A EMGEA não dispõe de benefícios pós-emprego.

ii. Despesas com serviços de terceiros

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Serviços prestados Caixa (i)	(55.510)	(54.712)
Reembolso aos órgãos de origem	(2.284)	(3.703)
Serviços de terceiros (ii)	(2.088)	(2.158)
Total	(59.882)	(60.573)

(i) Referem-se às tarifas pagas à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA à EMGEA.

(ii) Referem-se basicamente aos valores pagos a auditoria independente, segurança da informação, administração, conservação e limpeza, primeiros socorros.

iii. Outras despesas administrativas

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(673)	(667)
Depreciação e amortização	(203)	(187)
Despesas Gerais (seguro de dirigentes, associação de classe, representação e outros)	(577)	(697)
Utilidades e serviços	(179)	(135)
Diárias de viagens	(33)	(34)
Passagens aéreas e rodoviárias	(33)	(37)
Propaganda, publicidade e divulgação	(5)	(17)
Reembolso hospedagem	(3)	(20)
Material de consumo	(19)	(14)
Segurança e medicina no trabalho	(10)	(10)
Taxas e contribuições locais	(6)	(6)
Crédito PASEP/COFINS	60	53
Total	(1.681)	(1.771)

j) Resultado financeiro

i. Receitas financeiras

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento/Títulos e valores mobiliários	8.438	12.159
Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i)	3.128	2.710
Receita financeira sobre saldo de reposicionamento de cessão	884	866
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(579)	(731)
Total	11.871	15.004

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

ii. Despesas financeiras

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Despesa financeira com SELIC sobre JCP (i)	(5.369)	(3.719)
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (ii)	(3.601)	(2.574)
SELIC créditos de impostos RFB (iii)	(2.976)	-
Atualização de débitos assumidos quitação de créditos <i>pro solvendo</i> (iv)	(470)	-
Tarifas bancárias e outras (v)	(39)	(47)
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (vi)	(5)	(7)
Total	(12.460)	(6.347)

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC do Juros sobre Capital Próprio.

(ii) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.

(iii) Refere-se à despesa de atualização SELIC referente ao crédito efetuado pela RFB em 20 de abril de 2016

(iv) Valor da atualização monetária sobre os valores de débitos assumidos na quitação de créditos de contratos, em razão do caráter *pro solvendo*.

(v) Refere-se a tarifas bancárias, atualização SELIC sobre permuta com Secretaria do Tesouro Nacional e atualização sobre PLR dos diretores.

(vi) Refere-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.

24. Partes relacionadas

a) Controlador

O controlador da EMGEA é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

b) Operações com administradores

Em R\$1,00

Descrição	31.3.2017	31.3.2016
Honorários		
Diretoria Executiva (i)	677.340,03	320.382,67
Conselho de Administração	66.942,90	63.453,00
Conselho Fiscal	41.355,84	38.071,80
Total	785.638,77	421.907,47

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias e gratificação natalina.

c) Transações com partes relacionadas

i. Entidade/Operações

Entidades/operações	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
	31.3.2017	31.3.2017	31.12.2016	31.3.2016
Secretaria do Tesouro Nacional				
Dividendos a pagar (i)	(50.907)	(1.476)	(49.431)	-
Juros sobre capital próprio (i)	(134.231)	(3.892)	(130.339)	(3.719)
Fundos e Programas				
FCVS (ii)	(11.664.731)	203.323	11.385.016	186.659
FGTS (iii)	(3.838.208)	(73.809)	(3.822.063)	(69.650)
FDS (iii)	(1.217)	(6)	(1.332)	(10)
Caixa Econômica Federal				
Depósito à vista (iv)	409	(4)	24.295	(7)
Valores a receber (iv)	18.487	3.990	33.145	3.572
Prestação de serviços (iv)	(21.835)	(65.556)	(21.969)	(56.829)
Valores a pagar (iv)	(30.319)	(2.704)	(25.507)	(2.613)
Aplicações financeiras (iv)	170.003	6.335	156.422	9.089
Ajuste de Cessão	(2.081)	(105)	(8.232)	(567)

(i) Valor dos juros sobre capital próprio e dividendos mínimo obrigatório, calculado no percentual de 25% do lucro líquido ajustado, consoante art. 31 do Estatuto Social.

(ii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a ser ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR).

(iii) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o FGTS, o FDS. Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 3,91% ao ano / Selic para dívida vincenda e de 7,758% + mora de 1% a.m. da dívida vencida (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS).

(iv) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta-corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.

(v) A EMGEA aplica parte de suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.

(vi) Passivo assumido perante a CAIXA após o equacionamento das pendências decorrentes do Ajuste de Cessão. Conforme previsto contratualmente, esse saldo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,06% ao ano.

d) Reembolso de empregados cedidos

Órgão de origem	31.3.2017	31.3.2016
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.035	3.380
Banco do Brasil - BB	152	156
Controladoria Geral da União - CGU	97	79
Previdência Social - INSS	-	9
Secretaria Tesouro Nacional - STN	-	79
Total	2.284	3.703

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem.

25. Gerenciamento dos Riscos

O gerenciamento de riscos na EMGEA é realizado com o objetivo de:

- Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da Empresa, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais ela está exposta.
- Aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da Empresa, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis.
- Agregar valor à Empresa por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos de eventuais materializações.

As atividades inerentes ao gerenciamento de riscos estão previstas no Sistema de Controles Internos da EMGEA, estruturado em três linhas de defesa.

Todas as unidades organizacionais são responsáveis, como primeira linha de defesa, por identificar, avaliar, comunicar e monitorar permanentemente os riscos relacionados aos processos na sua área de atuação e implementar ações de controles para mitigá-los.

Em segunda linha de defesa, a Superintendência de Gestão de Riscos e Controles Internos (SUCOI), com atuação independente em relação às demais unidades organizacionais, é responsável por assessorar e monitorar as atividades de gestão de riscos e controles internos, bem como por realizar verificações de conformidade.

A Auditoria Interna, em terceira linha de defesa, é responsável por realizar avaliações independentes da atuação das unidades organizacionais.

Para o mapeamento de riscos, é utilizada metodologia composta por etapas sequenciais, que abrangem:

- a) Identificação dos riscos, dos fatores internos e externos e das consequências.
- b) Avaliação da probabilidade de ocorrência e dos respectivos impactos dos riscos inerentes e residuais.
- c) Estruturação e definição de respostas para os riscos identificados e priorizados na avaliação.
- d) Identificação das medidas de controle necessárias, ou do aprimoramento daquelas já existentes, para mitigar os riscos mapeados.
- e) Comunicação dos resultados do trabalho às unidades gestoras e à alta administração.

Riscos relevantes

São considerados relevantes para a EMGEA, os riscos que podem impactar o alcance dos objetivos organizacionais e a missão da Empresa.

Considerando a posição em 31 de março de 2017, os principais riscos aos quais a EMGEA está exposta são os seguintes:

a) Risco de carteiras

O risco de degradação de carteiras adquiridas (créditos e garantias) e dos seus produtos é alto, principalmente pelos impactos financeiros que a ocorrência de eventos de risco relacionados à carteira de créditos, característicos da atividade fim da EMGEA, podem gerar para a Empresa, com reflexos no alcance dos objetivos organizacionais.

Fatores de risco como concentração (exposições significativas a uma única contraparte ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns); contraparte (não cumprimento de obrigações contratuais pela contraparte); qualidade do crédito (degradação da qualidade do crédito em decorrência da redução da expectativa de sua realização) e garantia (inexistência ou degradação da qualidade das garantias recebidas) podem ocasionar perdas. Os controles relacionados a esses eventos dependem significativamente da atuação da empresa prestadora de serviços.

Particularmente em relação à concentração, vale destacar que é caracterizada pelo fato de os ativos da EMGEA estarem, atualmente, constituídos em maior parte por créditos perante o FCVS. Isso ocorre em razão do fato de a União não ter efetuado a novação de dívidas do Fundo o que, se estivesse ocorrendo, geraria ingresso de recursos no caixa da Empresa e, conseqüentemente, redução da concentração.

Para mitigar o risco decorrente dessa concentração, a EMGEA tem adotado as medidas possíveis no seu âmbito de atuação, notadamente o acompanhamento e o cumprimento tempestivos das normas e dos procedimentos definidos no regulamento do FCVS e demandas da sua Administradora.

Quanto aos fatores de contraparte, qualidade do crédito e garantia, são adotadas ações de controle, que contemplam a definição de políticas, normas e procedimentos específicos, incluindo a avaliação da atuação da empresa prestadora de serviços.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrer descasamento entre os prazos previstos para o ingresso de recursos (recebimentos) e os prazos previstos para o pagamento de compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, o fluxo de caixa é projetado anualmente e acompanhado diariamente pela Superintendência Financeira (SUFIN), vinculada à Diretoria de Pessoas e Logística (DIALOG), o que permite a adoção de medidas preventivas.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de liquidez da Empresa são reportados em todas as reuniões da Diretoria Executiva e mensalmente aos Conselhos de Administração e Fiscal.

Em 2016, contribuiu para a redução do risco de liquidez a adesão da EMGEA aos termos da Resolução nº 809, do Conselho Curador do FGTS, de 10 de maio de 2016, que permitiu tanto a suspensão de parte dos pagamentos das obrigações perante o FGTS ao longo do ano, como a repactuação da dívida, formalizada no mês de dezembro. Com essa repactuação, os desembolsos mensais em 2017 serão menores, refletindo positivamente na liquidez da Empresa.

O risco de liquidez da EMGEA também é acompanhado pela União (acionista controlador), por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG) elaborado e aprovado anualmente.

Roberto Meira de Almeida Barreto
Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado
Diretor

Carlos Eduardo da Silva Monteiro
Diretor

Daniele Lunetta
Diretor

Euclides Renato Deponti
Diretor

Marilene Beatriz Brum Paiva
Chefe de Contabilidade
Téc. Cont. CRC MG 076097/O-S DF



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Ao
Conselho de Administração e aos Diretores da
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA
Brasília - DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA ("Empresa"), em 31 de março de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração Empresa é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações financeiras intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.



Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 10 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve que a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamento habitacionais. Em 31 de março de 2017, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS e ainda não homologados totalizam R\$ 673.559 mil (R\$ 661.792 mil em 31 de dezembro de 2016), e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos contidos em regulamentação do FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 10.991.172 mil (R\$ 10.723.224 mil em 31 de dezembro de 2016), está condicionada ao processo de novação, conforme previsto pela Lei nº 10.150/2000. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Brasília, 15 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo José de Aquino
Contador CRC ISP183836/O-6